ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

ATA DA 207ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

LOCAL: Hotel Cambirela – Av. Max Schramm, 2199, Estreito, Município de Florianópolis.
DATA: 23 de fevereiro de 2017
HORÁRIO: 13h

Presentes à Reunião

Secretaria de Estado da Saúde:
Murillo Ronald Capella, Valter Manfroi, Fábio Gaudenzi Faria, Lúcia Regina Schultz, Karin Geller Leopoldo, Paulo Orsini, Grace Ella Berenhauser, Fábio de Souza, Lisete Contin, Raquel Ribeiro Bittencourt, Clécio Antonio Espezim, Maria Teresa Agostini, Guilherme Parisi.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde:
Sidnei Bellé (Caibí); Maria Regina de Souza Soar (Blumenau); Celso Luiz Dellagiustina (Itajaí); Nédio Luiz Conci (Chapecó); Kamile Sartori Beal (Capinzal); Diego Passarela (Forquilhinha); Ivone Ursula K G da Luz (Guaramirim); Sidinei de Castro Schmidt (Concórdia).

APROVAÇÃO DA ATA
A Ata da CIB 206ª de 08 de dezembro de 2017.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS
A 207ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite teve início às 13h30min, com a presença dos Membros acima descritos, sob a coordenação do Coordenador da CIB/Cosems, Sidnei Bellé. Coordenou a reunião pela SES, o Secretário Adjunto de Estado da Saúde Murillo Ronald Capella. Murillo Capella dá as boas vindas a todos os secretários municipais de saúde, sobretudo, aos novos secretários que assumiram o cargo em 2017. Sidnei Bellé dá início à reunião com a aprovação da Ata da reunião anterior.

DELIBERAÇÕES

a) **PPI: ALTERAÇÕES DE FLUXOS, AJUSTES.**
A CIB **APROVOU** transferência de gestão; revisão de transferência de gestão, remanejamentos, ajustes e alterações de fluxos de referências de Municípios.

b) **ESTRATÉGICAS DE COMBATE ÀS IST, HIV/AIDS E HV**
A CIB **APROVOU** a distribuição dos recursos aos Municípios Estratégicos para a execução do Plano de Ações Estratégicas de Combate às IST, HIV/AIDS e HV, conforme critérios aprovados na Câmara Técnica de Gestão e que estarão especificadas nesta Deliberação.

c) ADESÃO DE MUNICÍPIOS AO PQA–VS – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

A CIB **APROVOU** a adesão dos municípios de Santa Catarina ao Programa de Qualificação de Ações de Vigilância em Saúde. O prazo para adesão expira em 31 de março de 2017, portanto, Eduardo Macário, Diretor de Vigilância Epidemiológica, esclarece que os municípios que não aderiram até o momento, poderão ainda solicitar. Ficou consensuado na CIB a inclusão de municípios que solicitarem a adesão até 31 de março de 2017.

d) **HABILITAÇÃO DA UNIDADE SENTINELA DE INFLUENZA EM JOINVILLE**

A CIB **APROVOU** a reabilitação das ações e serviços públicos estratégicos de vigilância em saúde, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joinville (Cod IBGE: 420910), referente à Vigilância Sentinela da Influenza.

e) **TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO – TFD: REVISÃO DO MANUAL COM RELAÇÃO À AJUDA DE CUSTO PARA TFD INTERESTADUAL**

A CIB **APROVOU** o novo Manual de Normatização do Tratamento Fora de Domicílio - TFD no Estado de Santa Catarina e os respectivos formulários, revisados em fevereiro de 2017. O Manual foi ajustado nos itens que tratam das despesas relativas ao TFD Interestadual e das competências das áreas envolvidas, devido à necessidade de alteração na modalidade de pagamento, passando de adiantamento básico para crédito bancário. O detalhamento consta no Manual, anexo a esta Deliberação. Valter Manfroi, Superintendente financeiro da SES, esclarece que essa mudança foi no sentido de agilizar o pagamento do TFD ao usuário, pagando diretamente ao usuário, traduzido em ajuda de custo, mudando a prestação de contas. Sidnei Bellé, Coordenador da CIB/Cosems, parabeniza a SES pela iniciativa, pois beneficiará muito ao usuário e transparência na concessão do benefício.

f) **RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO 049/2016 REFERENTE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO REGIONAL INTEGRADO**

A CIB **APROVOU** a retificação da Deliberação 049/2016, com relação ao termo PGASS, substituindo por ‘Planejamento Regional Integrado’.

g) **REABILITAÇÃO DE LEITOS DE UTI NEONATAL TIPO II**

A CIB **APROVOU** a reabilitação das habilitações dos leitos de UTI Neonatal tipo II, atendendo à exigência do Ministério da Saúde e condicionando o descredenciamento desses leitos se os mesmos não fossem reabilitados.

DISCUSSÃO E ENCAMINHAMENTOS

– **RECURSO DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL**: Cumprimento da Deliberação 141/2015.

Valter Manfroi, Superintendente Financeiro, informa que em 2016, foram pagos os mesmos valores pagos em 2015. Cita que a SES honrará o pagamento dessa

diferença com relação ao ano de 2015. A intenção da SES é continuar pagando os valores correspondentes ao ano de 2016 e não mais acrescentar daqui para frente. Sidnei Bellé, Coordenador da CIB/Cosems, lembra que na Deliberação do Projeto era incrementar 20% ao ano. Valter Manfroi esclarece que a indicação é a revisão dessa Deliberação e continuar pagando os valores correspondentes ao ano de 2016, sem os incrementos adicionais, anuais. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de Itajaí, coloca sobre o histórico da Proposta do Cofinanciamento em 2007, iniciado com R$ 7.000.000,00 ao ano e com previsão de incrementos anuais. Isso porque, faz parte da legislação, o Estado participar do cofinanciamento da atenção básica. Cita que os Municípios já aplicam mais que o máximo obrigatório na saúde. E que esse recurso de contrapartida estadual é imprescindível para os municípios, para a manutenção da qualidade de saúde. Cita que, em vez de pensar em reduzir o cofinanciamento da atenção básica, deveria ser pensado na atenção básica como a base da saúde, fazendo uma analogia, 'de que não se consegue construir uma casa, iniciando pelo telhado'. Murillo Capella, Coordenador da CIB/SES nesta reunião, cita, concordando com a fala de Celso Luiz Dellagiustina, mas, questiona o tipo de saúde que queremos e que se consegue prestar, considerando que o orçamento de 2016 foi 20% menor que 2015, em função da crise em todo o país e pela falta de insumos. Coloca as dificuldades financeiras enfrentadas pela SES, mas que, pretendem, dentro da legalidade, honrar pagamentos e repassar aos municípios, todos os valores a que tem direito de receber. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, cita que a atenção básica em Santa Catariana é reconhecida em todo o Brasil. E, em frente às dificuldades, a primeira coisa a ser cortada na saúde foi a atenção básica. Chama atenção para as prioridades do Governador do Estado de Santa Catarina. Que o Governador indique qual a sua prioridade de Governo. Ressalta que o Governador Raimundo Colombo somente olha para os hospitais, ficando o ônus maior para os municípios. Solicita, que seja levada ao Secretário de Estado da Saúde, Vicente Caropreso, as manifestações de ansiedades e de dificuldades financeiras dos municípios. Que os municípios necessitam dialogar com o Secretário de Estado da Saúde sobre toda a realidade da saúde em Santa Catarina. O Coordenador da CIB/Cosems solicita ao Superintendente financeiro que disponibilize um cronograma de pagamentos aos municípios, mas que, a princípio, a SES pague as dívidas de 2016 com os municípios. O Coordenador da CIB/Cosems solicita ainda que a SES leve notícias boas com relação aos pagamentos, no Encontro do Cosems, que será realizado nos dias 22, 23 e 24 de março de 2017, com a reunião da CIB no dia 23 de março. Sidnei Bellé reforça à SES, que seja zerada as dívidas com os municípios até o mês de abril de 2017. Isso já aliviaria bastante a situação. Celso Dellagiustina, Secretário Municipal de Saúde de Itajaí, corrobora as palavras da Secretária de Saúde de Blumenau, quando diz que o Governador do Estado diga qual a prioridade de Governo, pois há prioridade das prioridades e os municípios também, coloquem as suas prioridades. E segundo, solicita que a SES informe qual a intenção de pagamentos para o

cofinanciamento em saúde com relação aos valores e incrementos. Propõe as duas questões como encaminhamentos.

– **DELIBERAÇÃO 543/2013** – Incentivo para as especialidades de média e alta complexidade (Projeto R$0,30 per capita, pago em 2014).
Valter Manfroi, Superintendente Financeiro, cita o Decreto Estadual 2.161/2013, que previa o pagamento do R$ 0,30 vigente para o ano de 2014. Valter Manfroi ressalta que não há intenção de continuar pagando o R$ 0,30. Sidnei Bellé refere que, a Comissão do Cosems, recebida pelos Secretários de Estado Serpa e Gavazone, os mesmos propuseram se reunir em 15 dias para falar sobre o Decreto do R$ 0,30 e até hoje não houve manifestação. O Coordenador da CIB/Cosems, Sidnei Bellé, ressalta ainda que o Governador Raimundo Colombo referia em toda Santa Catarina que a prioridade de seu Governo era: número 1 – Saúde, número 2 – Saúde e número 3 – Saúde. E agora cita que não vai pagar dívidas de saúde. Cita que, se o Governador não honrar o Projeto R$ 0,30, o Cosems voltará no Governo para bater panela. Para o Cosems, o Projeto R$ 0,30 é dívida e o Cosems vai cobrar. Lembra que foi falado em toda Santa Catarina sobre as Policlínicas, que resultou no Projeto R$ 0,30 per capita para pagamentos de exames de média e alta complexidade. Maria Regina de Souza soar, Secretária Municipal de Blumenau, cita que há a Lei 16.159, que dispõe sobre incentivos financeiros para realização de exames de média e alta complexidade para os municípios e nesta Lei não cita Decreto e a mesma não está sendo cumprida e ainda mais a Deliberação 543 que não está sendo cumprida. Murillo Capella, Coordenador da CIB/SES, lembra que em uma reunião de CIB de 2016 houve uma proposta por parte da SES em majorar o valor para R$ 0,40 sobre o pagamento do R$ 0,30 e não houve consenso por parte do Cosems. Daí em diante, não houve mais negociação com relação a esse Projeto. Maria Regina de Souza Soar coloca que o Cosems não aceitou a proposta do então Secretário de Estado João Paulo Kleinubing, pois a proposta majorava o valor, mas esquecia os pagamentos atrasados. Não havia garantia de pagamento dos atrasados e nem garantia de pagamento do R$ 0,40.

– **FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS DO COMPONENTE ESPECIALIZADO, BOLSA DE COLOSTOMIA E OXIGENOTERAPIA.**
Maria Teresa Agostini, Diretora da Assistência Farmacêutica, cita as dificuldades nas compras em 2016 dos medicamentos do componente especializado, por atrasos por parte do Ministério da Saúde e por falta de entrega nos insumos. Informa que a SES está repondo os estoques, que a distribuição já será normalizada. Maria Regina de Souza Soar cita também, a falta no fornecimento de leites especiais e da dieta enteral. Maria Teresa Agostini informa que o Ministério da Saúde não possui Programa para fornecimento de leites especiais. Este é um vazio assistencial na Política de Saúde. Celso Luiz Dellagiustina, Secretário Municipal de Itajaí, refere, com relação aos itens faltantes de responsabilidade do Estado, recai na judicialização, recaindo a compra e o

pagamento sobre os municípios, sobretudo. Cita que as dificuldades são para todos, tanto para o Estado quanto para os municípios. A mesma situação recai sobre a bolsa de colostomia. A responsabilidade é para os três gestores, federal, estadual e municipal. Reforça que deve haver alerta na hora em que faltam os insumos. Murillo Capella, Coordenador da CIB/SES, coloca-se como Secretário Municipal de Saúde como já exerceu em Florianópolis, e, cita que possui a consciência da situação nas palavras do Secretário Celso Dellagiustina. E se contrapõe levemente às palavras da Secretária Maria Regina de Souza Soar, citando o Ministério da Saúde que coloca Santa Catarina como a Melhor Atenção Básica do país. Sidnei Bellé coloca que os municípios sentem a situação de sofrimentos dos usuários próximos à Secretaria de Saúde e, sentem-se impotentes por muitas vezes, não conseguirem resolver as necessidades de saúde do usuário.

HOMOLOGAÇÕES

A CIB **homologou** as Deliberações *ad referendum* de números CIB/186 a CIB/225/2016.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

– Termo de Ajuste Sanitário do Município de São José com o Ministério da Saúde.

Termo de Ajuste Sanitário do Município de Indaial com a Secretária de Estado da Saúde.

– Comunicação Interna 088/2017, da Auditoria da SES, informando à CIB sobre a auditoria realizada nos atendimentos do Hospital Regional de Joinville, solicitada pela CIR do Planalto Norte.

INFORMES

a**) RELATÓRIO DE AUDITORIA**

A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência de Auditoria encaminhou os relatórios de auditoria, referentes aos meses de dezembro 2016, janeiro de 2017, em andamento ou concluídas em seus municípios.

b**) PROCESSOS EM ANDAMENTO NA GERÊNCIA DE ATENÇÃO BÁSICA**

A Diretoria de Planejamento, Controle e Avaliação da SES/Gerência da Atenção Básica encaminhou as planilhas com os processos em andamento na Gerência de Atenção Básica, para que os gestores conheçam os processos de seus municípios.

c) **SAMU: REMANEJAMENTO DE AMBULÂNCIAS.**

Karin Geller, Superintendente de Regulação, esclarece sobre a desativação e o remanejamentos de ambulâncias.

d) **CIRURGIAS ELETIVAS (JAN, FEV, MARÇO E SITUAÇÃO DOS TERMOS DE ADESÃO.**

Karin Geller, Diretora de Regulação e Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação colocam a intenção da Secretaria de Estado da Saúde em continuar a Campanha de Cirurgias Eletivas em 2017. Esclarecem a distribuição das AIHs, as APACs e pagamentos com relação ao ano de 2016 e ao primeiro trimestre de 2017. Também referem a situação dos termos de adesão dos municípios, encaminhados à SES. A Campanha de 2017 será deliberada na reunião da Comissão Intergestores Bipartite de março de 2017.

e) **DENGUE: AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE COMBATE AO AEDES AEGYPTI EM 2016.**

Eduardo Macário, diretor da DIVE apresentou uma avaliação das ações de combate ao mosquito Aedes aegypti em 2016. Foram encaminhados recursos federais no montante de R$ 3,39 milhões para os 295 municípios (portaria GM/MS n° 2.2162 de 23/12/15) para ações em geral e R$ 6,36 milhões para 95 municípios (portaria GM/MS 2.161 de 23/12/15) de forma a auxiliar o pagamento dos salários dos Agentes de Combate a Endemias (AFC e IF). Em relação aos recursos estaduais, foram investidos R$ 2,3 milhões para estruturação das equipes de supervisão da DIVE e Gersas, e repassados R$ 3,7 milhões para auxiliar nas ações de combate dos 66 municípios prioritários). A avaliação das ações realizadas pelos municípios mostrou que os 66 municípios prioritários apresentaram maior dificuldade em possuir o numero de ACE adequado para realização das ações, que muitas vezes ocorreu de forma inoportuna. Também foi identificada a existência de Pontos Estratégicos em desacordo com a Lei, a presença de um elevado número de recipientes a céu aberto (Lixo e Sucata), a baixa qualidade na inspeção de locais de difícil acesso (caixas d'água), a dificuldade no desenvolvimento de ações intersetoriais. Foi informada que o Ministério da Saúde possui recursos para auxiliarem na contratação de ACE, conforme portaria GM/MS N° 535/2016 desde que o município mantenha o profissional cadastrado no CNES com a codificação correta, cumprindo carga horária de 40 horas em regime exclusivo, até o máximo previsto na respectiva portaria. Com isso, é possível ressarcir até 95% do piso salarial profissional nacional por ACE cadastrado. A Dive se coloca a disposição para prestar esclarecimentos, bem como auxiliar os municípios no cumprimento da portaria.

f) **FEBRE AMARELA: VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO**.

O diretor da DIVE Eduardo Macário relatou a situação epidemiológica da febre amarela. Até o dia 22/02, tinham sido notificados 1.067 casos suspeitos em Minas Gerais, dos quais 246 foram confirmados, com a ocorrência de 84 óbitos. Outros casos foram confirmados no Espírito Santo (42 casos e 14 óbitos), Bahia e São Paulo. Em Santa Catarina, nesse mesmo período foram notificados 8 casos suspeitos, sendo que 5 já tinham sido descartados e 3 estavam em investigação. Todos os casos suspeitos tinham histórico de viagens para áreas de circulação de vírus (MG e ES). Até o momento não há casos confirmados de febre amarela em SC, sendo que o último caso foi em 1966. Em seguida, relatou a importância da notificação de toda e qualquer epizootia em primatas não humanos, ou seja o aparecimento de macacos mortos ou doentes de qualquer

natureza. Esses casos devem ser informados imediatamente a vigilância epidemiológica municipal, que deverá informar as GERSAS e DIVE, realizando as ações preconizadas pela nota técnica n° 002 DIVE/SUV/SES/2017 - Orientações de condutas da Vigilância Epidemiológica frente a casos suspeitos de Febre Amarela, disponível no link: http://www.dive.sc.gov.br/conteudos/publicacoes/Nota-tecnica-%2002_2017-Febre-Amarela.pdf Também falou sobre a importância de que a população residente em um dos 162 municípios catarinenses que fazem parte da Area com recomendação de vacina (ACRV) estejam vacinadas contra a febre amarela, bem como que todas as pessoas que não residam, mas que foram viajar tanto para estas áreas como para os mais de 5 mil municípios brasileiros em ACRV sejam vacinadas pelo menos 10 dias antes da viagem, para que não haja risco de infecção. A lista de municípios em ACRV encontra-se no link http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/janeiro/27/Municipios-Conforme---reas-ACRV-ACRT-ASRV-Febre-Amarela-Jan-2017-.pdf Também foi anunciada a realização de um monitoramento rápido de cobertura da vacina contra febre amarela nos 162 municípios em ACVR, em parceria com a Atenção Básica. Esta ação visa avaliar a situação vacinal da população, bem como resgatar e vacinar indivíduos não vacinados, de forma a melhorar a cobertura vacinal nos municípios em ACRV.

g) **ATENÇÃO BÁSICA**

Lisete Contin, Gerente da Atenção Básica, informa sobre a etapa de avaliação externa do PMAQ-AB para abril e julho de 2017, nos municípios. Outra informação refere-se aos repelentes disponíveis para gestantes. Esses repelentes estão na Gerência de Atenção Básica e devem ser buscados pelas Gerências de Saúde. E, em terceiro lugar, informa sobre a Conferência de Saúde da Mulher que ocorrerá em 13 e 14 de junho de 2017. Os municípios devem realizar as conferências municipais e regionais. A princípio, a Conferência será realizada na UFSC. Por fim, os Coordenadores da CIB agradecem a presença de todos na reunião. O Coordenador da CIB/Cosems lembra do Encontro do Cosems,que será realizado nos dias 22, 23 e 24 de março de 2017, no Hotel Maria do Mar.

Nada mais havendo a tratar, eu, **Lourdes de Costa Remor**, lavrei a presente Ata, assinada por mim e pelos Coordenadores.

Florianópolis, 23 de fevereiro de 2017.